Será que o Objetivo na África é "Matar e Quebrar"?

Reflexões de um historiador sobre o *AFRICOM*

Tenente-Coronel Robert B. Munson, *USAFR, PhD*

UM MANTRA comum dentro das forças armadas é que a missão é "matar e quebrar". Em última análise, as forças armadas formam uma organização muito bem suprida, dedicada à proteção dos Estados Unidos, fuzilando inimigos e destruindo seus meios de combate. Foi o que ocorreu durante as duas Guerras Mundiais. Mas, o que dizer do Vietnã ou mesmo da guerra atual no Iraque? Ganhamos no Vietnã ao final da missão? Será que assim venceremos no Iraque? Embora esse *slogan* motive os militares, a tarefa de "matar e quebrar", na maioria das vezes, não é a missão que o governo transmite às forças armadas.

Gostaria de justapor essa visão a algo que me tocou durante a época em que passei na África Ocidental, na Embaixada dos Estados Unidos em Abuja, Nigéria. Em dezembro de 2001, durante as operações militares no Afeganistão, estava trabalhando no Gabinete de Cooperação em Defesa. Além dos aspectos de cooperação militar das funções, também supervisava a execução de dois projetos de assistência humanitária que haviam iniciado com meus antecessores. Um desses projetos foi a construção de pequena ala para a maternidade administrada pela Igreja Católica nos arredores de Abuja. Quando chegou o momento de inauguração, ajudei a diocese a organizar uma grande festa. Um dos oradores principais foi o Arcebispo local. Ao final do discurso, captou não só a atenção do público, como também a minha, quando declarou que nunca havia pensado que os militares norte-americanos "fizessem outra coisa além de lançar bombas. Agora sei que também constroem clínicas para o povo."

Quebrar ou auxiliar? É questão importante, quando temos em mente a formação do novo Comando Militar dos EUA na África (*AFRICOM*). O presidente Bush outorgou ao Secretário de Defesa, Robert Gates, a responsabilidade de criar o novo comando e o General William E. Ward foi nomeado seu primeiro comandante. O *AFRICOM* passou a funcionar totalmente como comando unificado independente no dia 1º de outubro de 2008. Quebrar ou auxiliar? Esses dois objetivos [díspares] da missão militar devem, ao final, chegar a um acordo sobre um propósito que a tudo engloba. Essa nova organização deve, em todos os casos, apoiar as metas traçadas pela política exterior do país. O ponto de vista do Arcebispo ilustra como a política norte-americana receberá o benefício do novo *AFRICOM*, baseado em operações multilaterais, mantendo as condições da África em mente, excluindo a visão antiga, um tanto errônea, dos militares como organização armada que existe apenas para lutar grandes guerras. A fim de apoiar essas operações multilaterais o comando deve, de fato, possuir uma estrutura interinstitucional e não organização militar, que inclui um punhado de participantes de outras agências. É imperativo que as autoridades políticas competentes reconheçam esse fato e mudem a ênfase da organização durante a fase inicial de desenvolvimento do *AFRICOM,* antes que se torne uma organização militar solidificada e de vida própria, quando então será difícil alterar seu rumo.

Por que? E Como?

As duas questões importantes são "por que?" e "como?" a organização completa deve ser criada e estruturada. Já de início, o objetivo deve ser a elaboração de uma organização que não só apoie a política exterior americana, mas

que também leve em consideração as condições singulares do continente africano. Não podemos simplesmente adaptar uma estrutura ou método de operações de outra parte do mundo, com alterações mínimas (i.e., recriar o Comando Europeu ou o do Pacífico), sem levar em consideração a história, cultura e diversidade regionais. Só então poderemos propor uma estrutura coerente e lógica.

Por que necessitamos o AFRICOM? A resposta pura e simples é "para apoiar a política americana na África". Antigamente, a política norte-americana para com a África, em todas as fases do governo, era desarticulada, devido ao fato de que poucos funcionários pensavam ser o Continente estrategicamente importante. Embora isso possa mudar no futuro, não devemos antecipar grande transformação política. Significaria que os Estados Unidos colocariam de lado a ênfase em laços tradicionais com a Europa, com maiores vínculos para com a Ásia e conflitos no Oriente Médio. Uma vez não ser provável que isso aconteça, o melhor que se pode esperar é que a África venha a ser um elemento importante na esfera de interesse expansionista americano no exterior. Certamente um *AFRICOM* que coordenaria as diretrizes militares em todo o Continente seria valioso, mas é apenas pequeno elemento da interação total da nação com a África.

O ex-presidente Bush na *Estratégia de Segurança Nacional* de março de 2006, coloca o enfoque na África: "A estratégia é promover o desenvolvimento econômico e a expansão de governos democráticos efetivos para que as Nações Africanas assumam a liderança em reação aos próprios desafios."[1] Esses objetivos repousam em eficaz interação de vários elementos da política externa, não apenas em forças armadas. Os países africanos democráticos e economicamente prósperos não requerem muita assistência de segurança e serão melhores parceiros, quando necessitarmos de apoio em política ou outros setores. Assim, a concentração exclusiva do *AFRICOM* na África deve ajudar a tecer muitos elementos dissimilares da política externa do país em entidade mais coerente. Entretanto, isso só é possível quando a estrutura do *AFRICOM* incluir todos os elementos importantes dessa diretriz.[2]

Como estabelecer o *AFRICOM?* Aqui, a questão mais importante é a análise dos atuais e futuros meios financeiros. O nosso governo, em geral, possui orçamento limitado e um novo comando em área estrategicamente menos importante (pelo menos do ponto de vista americano) provavelmente não seria diferente. Tudo indica que a importância da África oscilará em função da política cotidiana. Contudo, para fins de consistência e planejamento, devemos supor, de forma realista, que os meios financeiros serão limitados. Portanto, será imperativo maximizar a eficiência e cooperação com outras nações. Incluiria os aliados europeus e amigos tipicamente mais próximos, como o Senegal e o Quênia, bem como as potências regionais da Nigéria e África do Sul, que conscientemente seguem os próprios interesses. Com esses dois fatores em mente, gostaria de propor dois princípios (ou "realidades") sobre os quais estruturar o *Comando*:

1. As tentativas e interesses americanos devem coincidir com os dos aliados e parceiros normais.
2. Deve-se integrar o empreendimento militar aos políticos e aos de desenvolvimento em todo o continente.

Normalmente, o segundo princípio deriva-se do primeiro, ao levarmos em consideração a realidade dos recursos financeiros limitados. Essa suposição é especialmente valiosa, porque força o novo comando a trabalhar em sinergia dentro do governo do país e com os parceiros estrangeiros.

Comando Interinstitucional

Com esses dois princípios em mente, a primeira proposta é que a organização passe a evoluir a *verdadeiro comando interinstitucional,* sem permanecer como mera instituição militar com certas problemáticas não-militares. Possuiria três componentes principais de similar importância: o militar, o político e uma seção dedicada ao desenvolvimento. Apesar do título militar "comando", bem como o enfoque atual do Secretário de Defesa, devemos reorientá-lo para também incluir todos os elementos importantes da política exterior. Se

existe melhor vocábulo para substituir "comando", esse deveria colocar maior ênfase em missões não-militares e muito menos em aspectos militares. Talvez fosse benéfico iniciarmos com o modelo organizacional de embaixada e não de organização militar. Apesar de não ser fácil, neste estágio do jogo, uma ação parlamentar ou presidencial permitiria a formação de novo tipo de organização com maior ou até mesmo papel civil predominante. A ação do alto escalão é fundamental, melhor cedo que tarde, porque quanto mais tempo a burocracia do comando estiver em vigor, mais difícil a mudança de estrutura.[3]

A Organização Proposta

Dentro da estrutura do AFRICOM, provavelmente outros departamentos que tratam de questões tais como Comércio, direito ou cooperação em prol do ambiente serão incluídos, mas em nível inferior aos três principais setores – militar, político e desenvolvimento. Por exemplo, a ênfase em relações comerciais (*e.g.*, sob os adidos ao Departamento de Comércio) se encaixaria bem sob a égide da organização de desenvolvimento. Os interesses privados apoiariam o desenvolvimento, expandindo-o em vários setores, o que o governo não poderia fazer com meios limitados. Da mesma forma, uma organização como a Agência de Proteção ao Ambiente, atuando dentro do componente de desenvolvimento, auxiliaria na resolução de problemas ambientais que acompanham o desenvolvimento industrial africano.

Finalmente, o componente militar deve entender que essa abordagem apoia os objetivos da política externa da nação, e no *AFRICOM* tais metas (em referência ao Princípio 1, acima) provavelmente serão temperadas e moldadas por aqueles com quem trabalhamos. Por exemplo, o combate ao terrorismo é uma das mais altas prioridades, mas a maioria dos países africanos considera o terrorismo menos premente e muitos não pensam ser questão importante. Na maioria dos casos o desenvolvimento toma a precedência. Embora os empreendimentos de desenvolvimento de nosso governo atualmente estejam sob a liderança do Departamento de Estado, *ie.*, a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional *(USAID)*, deve-se considerar o empenho dado a *ela* da mesma forma que o apoio político. Esse posicionamento daria pleno significado a *USAID* onde teria máximo impacto, com maior benefício para os países africanos e, por extensão, à política norte-americana.

Outro exemplo é o fato de que os EUA necessitam de recursos. O país está preocupado com o acesso à matéria-prima africana, especialmente o petróleo. É tema polêmico para todo o mundo. A maioria das pessoas creem que estamos no Iraque apenas por causa do petróleo. Infelizmente, os políticos pouco fazem para dissipar tal acusação. Os recursos são importantes, mas a maioria dos governos, independente de persuasão política, continuará a seguir o princípio da oferta e procura. Isso

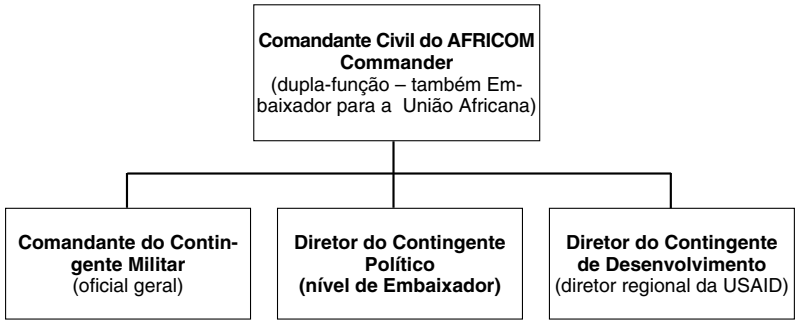

Figura. A Organização do AFRICOM Proposta

ocorre, especialmente, com recursos disponíveis de vários fornecedores. Assim, consideramos o acesso ao petróleo e a outros recursos naturais simplesmente outros benefícios colaterais. Por outro lado, em geral, os países africanos estão interessados em garantir o mercado para os produtos agrícolas. Possivelmente seria algo em que podemos contribuir mas, fora da esfera militar.

Obviamente, seis fatores requerem essa proposta de macro-organização do *AFRICOM*, ao expandirmos os dois princípios básicos acima: orçamento, acesso, confiança, operações, exemplo e história. Cada um deles é argumento claro para verdadeiro comando interinstitucional, combinando, sinergeticamente, os pontos fortes de cada um dos três principais elementos – militar, político e desenvolvimento.

1. *Orçamento.* Será limitado. Assim, todas as tentativas devem ser feitas para que as operações sejam mais sinérgicas (Princípio 1). Devemos estar prontos para trabalhar com os aliados, não apenas *'com muita conversa e pouca ação'* mas em operações reais, traçando bases e planos. Por um lado, devemos coordenar as atividades com os aliados da OTAN tipicamente ativos na África, como os franceses e os britânicos, juntamente com outras nações europeias aliadas que dedicam cada vez maiores recursos materiais e humanos ao continente. Em geral, muitos interesses americanos, *i.e.*, promoção de estabilidade e democracia, bem como assistência humanitária de emergência, são os mesmos das nações europeias. Entretanto, devemos trabalhar em íntima colaboração com os parceiros africanos, aceitando sua ajuda e orientação, quando apropriado. Promove a preservação de nossos recursos, mas o trabalho com os parceiros africanos serve de guia para que possamos auxiliá-los a promover os próprios interesses.

Aqui, um exemplo aplicável seria a cooperação norte-americana, facilitando operações de paz *[Peace Keeping Operations-PKO]*. Como em muitas *PKOs* da ONU e de outras organizações anteriores, as nações africanas tendem a estar dispostas a contribuir com tropas, mas precisam de ajuda logística – equipamento, suprimento e transporte. É possível que os Estados Unidos economizem dinheiro, se as nações africanas contribuem pessoal às *PKOs* por eles selecionadas, sob condição de reciprocidade, *i.e.*, prestaríamos assistência em *PKOs* selecionadas pelas nações africanas, nem sempre tão importantes para a política externa norte-americana. Ao pesquisarmos o oeste africano, veremos que em operações de manutenção de paz na Libéria, iniciadas em 1990, os militares norte-americanos prestaram auxílio direto somente em transporte aéreo de tropas em preparativos eleitorais em 1997.[4] Indiscutivelmente, as forças de paz no oeste africano teriam sido mais eficazes com maior acesso direto a apoio logístico confiável. Um comando interinstitucional auxiliaria em empreendimentos orçamentários, combinando o empenho militar, a curto prazo, ao de longo prazo de outras organizações governamentais americanas. Em manutenção de paz, a *USAID* muitas vezes envolveu-se em situações de desmobilização e reintegração pós-conflito, algo que, naturalmente, decorre das *PKOs*. A utilização de fundos seria mais eficiente se todas as fases, desde a implantação inicial de tropas até a reintegração final dos combatentes, fossem planejadas ao mesmo tempo.

2. *Acesso.* Para quaisquer operações, devemos ter acesso à pessoas, instalações e boa vontade dos parceiros. Os franceses estabeleceram bases aéreas na África Central e Ocidental usadas anteriormente. Se cooperarmos com os Franceses, provavelmente poderíamos utilizá-las. Além disso, o acesso a portos, outros aeroportos e infraestruturas seria facilitado se trabalhássemos em conjunto com os parceiros africanos, auxiliando na resolução de seus problemas. Uma América vista como potência neo-imperialista não será tão benvinda como aquela que auxiliará na solução de problemas que eles mesmos veem como pertinentes - a não ser que estejamos prontos a desembolsar grandes quantias (ver *Orçamento* acima).

Além disso, estreita colaboração com os franceses e outros permitiria entrada à redes normalmente difíceis de acessar. Os franceses, ao longo dos anos, desenvolveram redes pessoais na África francófona, úteis ao alcance de objetivos da política externa americana. Por exemplo, as várias operações americanas anti-terrorismo no Sahel foram bem eficazes com

a cooperação de governos locais. Provavelmente, o sucesso teria sido em relações pré-estabelecidas a longo prazo com parceiros africanos e franceses alí radicados muito antes dos Estados Unidos demonstrarem interesse na região. É também provável que a boa participação de civis no comando facilitaria acesso à organizações civis, especialmente não-governamentais.

3. *Confiança.* Contatos frequentes durante longo período de tempo não só aumentam a confiança interpessoal, mas também, por extensão, a confiança para com os motivos dos EUA na África. Uma organização não puramente militar inspira confiança, levando à mesa diferentes pontos de vista e capacidades. As forças armadas norte-americanas são famosas em entrar, solucionar o problema e sair. Inúmeras operações militares americanas na África foram a curto prazo e só solucionaram os problemas *em parte.* Por exemplo, os militares americanos rapidamente abandonaram a Somália, após a morte de pequeno número de *Rangers* do Exército em outubro de 1993. Em 1994, os militares ajudaram a evacuar cidadãos na Ruanda. Retiraram-se sem intervir no genocídio. Em 2003, os Fuzileiros Navais americanos brevemente desembarcaram na Libéria para garantir a segurança, mas deixaram o local após somente dois meses. As forças armadas americanas, embora eficazes na missão designada, apenas oferecem assistência contínua limitada à população local.

Ao analisarmos o período de 2001 a 2007, o Comando Europeu dos EUA *(EUCOM)* realizou 14 exercícios e sete operações distintas, a fim de apoiar as nações africanas.[5] Seis deles foram missões de assistência médica a curto prazo *(e.g., MEDFLAG)* com assistência necessária, terminando após curto período de tempo, dificilmente formando a base para estabelecer relações de cooperação a longo prazo. Da mesma forma, duas operações do *EUCOM* de assistência a terremotos (Argélia e Marrocos) certamente auxiliaram as pessoas mas, não estabeleceram contato a longo prazo. Por outro lado, o número de operações militares de treinamento (duas) e exercícios (seis) permitiram contato limitado. As relações não tiveram a oportunidade de se desenvolver plenamente ou continuar ao longo do tempo, a não ser em circunstâncias bastante limitadas. O *EUCOM* também desenvolveu uma série de tentativas em andamento, com as nações africanas (tais como projetos de assistência humanitária e desminagem, Iniciativa de Contraterrorismo Trans-Sahara e apoio básico a outras organizações regionais). Contudo, o contato adicional foi limitado. Pode-se argumentar que um *AFRICOM* com administração militar ampliaria tais empreendimentos. Entretanto é improvável, devido a restrições orçamentárias. Não é de causar surpresa o fato de que autoridades oficiais, em muitos países, suspeitam a capacidade militar americana. Possuimos capacidade militar que oscilam de grandes operações de superfície, durante a primeira parte da Guerra do Golfo e Operação Liberdade do Iraque, ataques de precisão lançados de *B-2s* voando em meio mundo, a pequenas operações secretas. Talvez, intervir dessa maneira não seja o objetivo. Contudo, uma organização puramente militar provoca imagens de operações passadas. Por exemplo, muitos africanos conhecem nossa história de ostensivas intervenções militares na América Latina, bem como *coups d'états* menos evidentes, como o golpe de 1953, que colocou o Xá do Irã no poder. Da mesma forma, a capacidade militar de vigilância (*i.e.*, espionagem) é bem divulgada e causa suspeita de que possa ser direcionada aos parceiros africanos. Em comentário para a revista militar *Strategic Studies Quarterly*, o sul-africano Abel Esterhuyse ecoou, dentro de alguns círculos na África, o temor, bastante real, de que a criação do *AFRICOM* sinalizaria a militarização da política americana na África, colocando em ênfase a acusação de que os Estados Unidos usam a guerra contra o terrorismo para obter acesso a recursos africanos.[6] Duas apreensões que organizações militares não podem dissipar facilmente.

Por outro lado, o Departamento de Estado e a *USAID* possuem a reputação de enfoque a longo prazo, treinando o pessoal para trabalhar com parceiros estrangeiros, desenvolvendo, inclusive, melhor habilidade linguística. Ambas agências sentem-se à vontade em levar tempo para fomentar relacionamentos

pessoais com outros funcionários. Tendem a permanecer mais tempo na região, mantendo laços pessoais, facilitando o trabalho entre as nações, sob o ponto de vista civil. Os militares receberiam o benefício de perspectiva, a longo prazo, de outras agências americanas, a fim de ganhar e manter a confiança dos parceiros africanos, ampliando os contatos além de apenas militar-militar (Princípio 2). Em muitos países, as forças armadas nem sempre são populares, devido a histórico de golpes de estado, regime militar ou guerras civis (*e.g.*, Congo, Uganda e Libéria). Assim, as operações EUA-África, muitas vezes, serão recebidas com ceticismo, sem a confiança gerada pelos funcionários civis americanos que trabalham lado a lado com os africanos.

4. *Operações.* Tipicamente, poucas operações norte-americanas na África são estritamente de combate força-força. São operações mistas: assistência humanitária; evacuação de não-combatentes; ou treinamento (acima). Tais operações possuem componente político e grande desenvolvimento. Consequentemente, as forças armadas devem trabalhar com outros setores do governo e diversos setores dos governos de nossos parceiros (Princípio 2). Um *AFRICOM* elaborado para integrar os três componentes americanos manterá coerência em operações e servirá os interesses dos parceiros africanos, sem onerar muito a nossa contribuição. Além disso, os militares podem desempenhar as funções de facilitadores entre os outros dois elementos da potência norte-americana - política e desenvolvimento (especialmente em transporte aéreo). Em última análise, devemos desenvolver a estrutura das forças armadas, a fim de apoiar a política externa norte-americana e não apenas operar de forma autônoma.

A Somália de 1993/94, é bom exemplo. A operação *Restaurar a Esperança* iniciou como missão de assistência humanitária pelos militares. Transformou-se em missão militar de caça aos líderes da clã. A missão militar não foi bem sucedida e o Presidente Clinton acabou cancelando-a por completo. As duas tarefas diplomáticas, *i.e.*, compreender melhor a situação e estarmos dispostos a conversar com os líderes da clã, podiam haver evitado a escalada da violência militar. O resultado dessa falha foi o fracasso da missão.

5. *Outro Exemplo.* Em um continente famoso por golpes militares, não queremos provar que estrutura pura e predominantemente militar na África vai funcionar por si só. (Princípio 2). Uma organização militar americana, regionalmente subordinada a chefe civil, trabalhando com organizações civis, daria o exemplo americano do lugar que os militares ocupam na sociedade, contribuindo para desencorajar intervenções militares. Na prática, se as operações militares norte-americanas forem intimamente coordenadas pelas agências políticas e de desenvolvimento, o alcance de contatos com os parceiros do governo africano será mais amplo, solidificando os outros governos contra o poder das próprias forças armadas.

Durante os anos 60 e 70, muitos na África e no exterior percebiam os militares como força modernizadora na sociedade africana. Em consequência, certos segmentos da população africana apoiaram os golpes militares e os Estados Unidos muitas vezes olharam para o outro lado, quando isso ocorria. Mais tarde, os militares comprovaram que não eram capazes de governar como se acreditava. Atualmente, as forças armadas dos EUA são competentes, até mesmo, em desempenhar tarefas civis (*e.g.*, policiamento, distribuição de assistência alimentar, prestação de serviço médico, assessoramento governamental). Apesar disso, não queremos fazer com que os militares africanos acreditem que podem fazer tudo de forma independente, possivelmente incentivando intervenções políticas. A liderança civil do *AFRICOM* indicará o lugar que os militares americanos ocuparão na sociedade.

6. *História.* Ao contrário da Europa após a Segunda Guerra Mundial, onde os Estados Unidos estabeleceram um comando (*EUCOM*) na Alemanha derrotada, tentarão trabalhar com muitos governos africanos altaneiros e independentes. A fim de colocar forças americanas na África, com sucesso, os Estados Unidos devem tratar os africanos com igualdade, fazendo com que a relação seja mutuamente benéfica (Princípio 1). Os Estados Unidos não podem ser vistos como força de ocupação, como ocorria na era colonial, memória ainda

recente na mente de muitos. Além disso, as imagens da Operação Liberdade do Iraque e da contrainsurgência em curso no Iraque continuarão a ser relevantes na África por muito tempo, ilustrando a intenção suspeita de colonialismo. Assim, é melhor combinar operações políticas e de desenvolvimento que colocam o componente militar em segundo plano. Devemos manter em mente que as lutas e guerras de libertação continuam vivas nas mentes de muitos líderes africanos e, os Estados Unidos, muitas vezes, estiveram no lado "errado" do conflito. Durante a Guerra Fria, apoiaram o governo da maioria branca na África do Sul, receando que o Congresso Nacional Africano (*ANC*) possuia tendências comunistas. Agora, o *ANC*, eleito democraticamente, retém o poder e muitos dentro do partido lembram a quem apoiávamos. Os Estados Unidos também apoiaram Portugal em sua tentativa malograda contra a luta de libertação de Moçambique e Angola. Em seguida, apoiaram os movimentos insurgentes impopulares, mas "anticomunistas": a *RENAMO* em Moçambique e *UNITA* em Angola. As gerações de líderes africanos mudam, mas lembram dos Estados Unidos mais como defensor do *status quo* colonial do que como potência anticolonial.

O sul-africano Abel Esterhuyse observa que a criação do *AFRICOM* norte-americano "é compelido por considerações negativas na África e não por interesses positivos", o que possivelmente inclui a rivalidade, de renovado vigor, entre os Estados Unidos e a China, como durante a Guerra Fria.[7] Esse temor destaca a importância do *AFRICOM*, colocando ênfase nos três pilares: militar, político e desenvolvimentista. A rivalidade entre os Estados Unidos e a China em desenvolvimento (talvez político) seria usada por nações africanas para avançar as próprias aspirações e melhorar a economia. Contudo, a concorrência militar provavelmente conduzirá apenas à militarização e destruição como durante os conflitos da Guerra Fria.

Local: Adis Abeba

Quando levamos em consideração a história recente da África independente, o quartel-general do *AFRICOM* deveria estar localizado em Adis Abeba, Etiópia. As brigas intra-africanas de lado, esta cidade é o foco da busca pela independência e unificação. A Etiópia nunca foi colonizada. O verde, amarelo e vermelho da bandeira são as cores pan-africanas reconhecidas. A cidade melhor incorpora o conceito de "África" como um só continente com seus próprios interesses. Os países escolheram essa cidade como a sede da Organização da Unidade Africana em 1963 e da organização sucessora, a União Africana (*AU*), em 2001. A política norte-americana apoia o empenho regional e pan-africano da União Africana, inclusive as tentativas de manutenção da paz.

Em prática, as relações entre os Estados Unidos e a Etiópia são boas, o que facilitaria o estabelecimento de sede nascente. Certamente, pode-se argumentar que a infraestrutura do país não comportaria facilmente grande estrutura de comando. Entretanto, a sede não necessita ser organização de grande porte, apenas de tamanho suficiente para proporcionar interação eficaz com a União Africana. Várias embaixadas já lá se encontram. Assim, outra estrutura do mesmo tamanho seria bem assimilada. O comandante civil do *AFRICOM* deve ser o embaixador dos EUA na União Africana. Tal diplomata não só representaria os Estados Unidos no Continente, mas, como exposto acima, é também civil e coloca em relevo a tradição americana de controle civil dos militares. Contudo, a nomeação de diplomata para liderar uma organização paramilitar requer ação do Congresso ou Presidente, bem como mudança de leis. Não é novo conceito, já que tanto o Presidente quanto o Secretário de Defesa, os dois principais líderes das forças armadas, são civis. Enquanto a sede do *AFRICOM* estaria localizada em Adis Abeba, os vários subcomponentes diplomático, militar e de desenvolvimento seriam distribuidos por todo o Continente para estarem mais próximos aos grupos regionais, sendo assim mais funcionais. Todos os subcomponentes militares seriam necessariamente justapostos aos elementos diplomáticos e de desenvolvimento, destacando a cooperação e a supervisão civis. Em níveis mais baixos, os componentes militares, de forma ideal, esta-

riam emparelhados com os países onde existe capacidade semelhante para fomentar a cooperação (Princípio 1).

Como exemplo, o subcomponente aéreo estaria sediado em país de sólida capacidade para apoiar operações americanas e parcerias, provavelmente aquele que possui força aérea operacional própria. Caso necessário, essa sede seria simplesmente base pronta para utilização, com um mínimo de pessoal como as da Europa Oriental. Talvez com pequeno número de aeronaves no local em caráter permanente. Acima de tudo, o subcomponente aéreo necessita de aeronaves de transporte para melhor apoiar as diretrizes norte-americanas e de parceiros. As aeronaves de transporte e não de reconhecimento ou caças, colocariam projetos cooperativos e a militarização em maior ou menor realce, respectivamente. Nem é necessário mencionar que provavelmente o número de meios norte-americanos implantados na África sempre seria muito baixo. Entretanto, certo tipo de base permanente solidificaria o relacionamento norte-americano para com os países africanos, sinalizando a intenção de continuarmos o envolvimento a longo prazo, permitindo que o comando opere de forma independente. Ao expandirmos, deste núcleo central, o subcomponente aéreo deveria talvez possuir representação em cada área regional (*i.e.*, África Ocidental em cooperação com a Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano [*ECOWAS]* ou África do Sul, trabalhando com a Comunidade Sul-Africana de Desenvolvimento [*SADC*], etc, para apoiar as operações de parceiros. Se os Estados Unidos colocarem aeronaves de transporte *C-130* em bases permanentes na África, faria sentido uni-las a outra força aérea que opera esse mesmo tipo de aeronave. Os pessoais americano e africano compartilhariam experiência e treinamento, prestando assistência mútua durante períodos de altas operações.[8] Seria benéfico para ambas. Os Estados Unidos poderiam fornecer maior quantidade de equipamento e maior assistência técnica. Ao mesmo tempo, as forças africanas proporcionariam asessoramento linguístico, conhecimento regional e entusiasmo.

Conclusão

A implantação do *AFRICOM* está a caminho. À medida que evolui nos próximos anos ficará independente da tutela do Secretário de Defesa, uma organização militar-cêntrica e verdadeiramente interinstitucional. Esperamos que venha a ser organismo que atenda as necessidades não só americanas, mas também as dos parceiros. Um verdadeiro empreendimento multilateral.

Que tipo de percepção desejamos dar à África? Na primavera de 2003, durante as operações militares no Iraque, este autor vivia em Dar es Salaam, Tanzânia. Ao contatar os habitantes, durante pesquisa histórica, um assunto que muitas vezes surgia era a iminente operação militar dos EUA na Tanzânia.[9] Muitos acreditavam que a nova e espaçosa embaixada norte-americana em construção seria uma base militar. Não posso asseverar que as observações feitas sejam científicas, mas tive a impressão de que muitos tanzanianos viam os Estados Unidos como possível ameaça. Objetivamente, a Tanzânia é área onde existe pouquíssima razão de interferir. No entanto, a perspectiva do povo era, naturalmente de que o país era muito importante para os americanos e potencialmente um alvo! As autoridades políticas competentes e os planejadores do *AFRICOM* não devem esquecer que o modo de pensar e a percepção popular locais sempre serão mais importantes que notificações e comunicados de imprensa.

À medida que nos afastamos da Operação Liberdade do Iraque e do ponto de vista internacional de que nosso país é protagonista unilateral, devemos tentar recuperar a imagem que possuíamos ao final da Segunda Guerra Mundial. Após aquele cataclisma, o mundo não via os Estados Unidos como gigante conquistador com a intenção de impor sua vontade no resto do mundo, mas sim como país disposto a trabalhar de forma multilateral para solucionar os problemas globais. O país mereceu tal reputação através de participação na criação de muitos órgãos de assessoria e operações com representação de várias nações. Acima de tudo, as Nações Unidas serviram de marco positivo, bem como as insti-

tuições financeiras internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, alianças militares e o plano Marshall na Europa. Os E.U.A. ajudaram a estabelecer muitas dessas organizações para conter a União Soviética, através de abordagem muitas vezes não-militar. Isso gerou boa vontade e conseguiu outros objetivos, além dos militares, avançando assim as diretrizes de segurança americanas. Por exemplo, o plano Marshall levou exatamente ao resultado desejado, *i.e.*, uma sociedade estável, próspera e democrática na Europa Ocidental. Essa Europa próspera pode, aliás, apoiar os Estados Unidos em área de segurança através da OTAN. Embora a situação não seja exatamente a mesma na África atual, a expansão de relações com os países africanos merece a mesma dedicação de todo o espectro do governo para difundir-se de forma positiva no futuro. Como declara a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (Setembro de 2006): "A longo prazo, ganhar a guerra contra o terrorismo é ganhar a batalha de idéias."[10] Nesse sentido, desejamos que os países africanos vejam que estamos chegando para ajudar, não "para quebrar." Somente assim aumentamos e cimentamos a relação nos próximos anos. ❑

Notas

1. The White House, *The National Security Strategy of the United States of America* (Washington, DC: White House, março de 2006), 37.

2. Ver Abel Esterhuyse, "The Iraqization of Africa? Looking at AFRICOM from a South African Perspective," na presente edição desta revista, página 74, e também em Inglês na *Strategic Studies Quarterly* 2, no. 1 (primavera de 2008): pp. 111-130. Esterhuyse olha a perspectiva realista da criação do AFRICOM. Essa perspectiva é fundamental, uma vez que os responsáveis políticos geralmente tentam vender ao público americano novas iniciativas como o AFRICOM, o benefício que terá os Estados Unidos (e.g., a importância do petróleo nigeriano para a economia norte-americana). Isso talvez seja inevitável, mas devemos também perceber que oficiais militares tendem a partilhar tal perspectiva realista, Assim, abordarão o estabelecimento do novo comando para servir a esses fins e, portanto, colocar ênfase em questões de segurança.

3. Percebo que essa esquemática simples, provavelmente provocará mais perguntas que respostas. Postos diplomáticos similares na Europa, por exemplo a missão dos EUA na OTAN e na União Europeia, já esclareceram certas possibilidades e obstáculos que esta proposta do *AFRICOM* poderá enfrentar. Além disso, uma questão importante que não foi discutida aqui é a relação do AFRICOM para com as várias embaixadas dos EUA na África. Todas são questões importantes a resolver. Mas não colocam em causa o argumento apresentado de uma organização verdadeiramente interinstitucional.

4. Ver sumário histórico das operações do Comando Europeu dos EUA em http://www.eucom.mil/english/Operations/history.asp.

5. Ibid.; and http://www.eucom.mil/english/Exercises/main.asp. Nota: O autor deixou de relatar duas operações de evacuação de não-combatentes em 2002 (República da África Central e Costa do Marfim), uma vez que foram projetadas para resgatar americanos e não em auxílio aos países africanos.

6. Ver Abel Esterhuyse, "The Iraqization of Africa? Looking at AFRICOM from a South African Perspective," neste volume e em Inglês na *Strategic Studies Quarterly* 2, no. 1 (primavera de 2008).

7. Ibid, 114.

8. O padrão básico aqui refletiria a experiência adquirida com a "Iniciativa Força Total" da *USAF* onde haviam vários militares da ativa, reserva e de destacamentos da Guarda Nacional Aérea. Dessa forma, os destacamentos de serviço ativo receberiam o benefício da experiência das forças de reserva.

9. É importante ressaltar que o autor pesquisava fatos históricos sobre assunto não relacionado à questões militares ou de defesa e não deu início à conversas sobre os militares norte-americanos ou relações EUA-Tanzânia.

10. Gabinete Executivo do Presidente, *National Strategy for Combating Terrorism* (Washington, DC: Office of Homeland Security, setembro 2006), 7.

As opiniões expressas ou insinuadas nesta revista pertencem aos seus respectivos autores e não representam, necessariamente, as do Departamento de Defesa, da Força Aérea, da Universidade da Força Aérea ou de quaisquer outros órgãos ou departamentos do governo norte-americano.